

Ata da 6ª Reunião do Comitê Técnico Consultivo do Sistema Nacional
Certificação de Unidades Armazenadoras

No dia 16 de setembro de 2008, na sala de reuniões do Departamento de Infra-Estrutura e Logística da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília-DF, ocorreu a 6ª Reunião do Comitê Técnico Consultivo do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, com a participação dos membros constantes da Lista em anexo. Inicialmente foi procedida a leitura da Ata da 5ª Reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. Posteriormente, houve uma inversão dos assuntos previstos na pauta, passando a serem discutidos em primeiro lugar os assuntos diversos. O Coordenador do Comitê informou acerca da realização de várias palestras acerca do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras realizadas nas seguintes localidades: Canoas (RS), Uberlândia (MG), São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Panambi (RS), Varginha (MG), Rosário (Argentina). A Coordenadora do DIEL/CLPA, Maria Auxiliadora, registrou a realização de apresentação, no dia 15/09, para o Secretário Executivo Dr. Silas Brasileiro, para explicar sobre a certificação de armazéns, com a participação do Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (MAPA/SDC) e de vários gestores do MAPA, e a decisão do Senhor Secretário Executivo de levar esse assunto ao conhecimento do Ministro da Agricultura, em virtude da importância da armazenagem para o agronegócio brasileiro. A realização da apresentação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras ocorrerá no dia 17/10. O Prof. Moacir registrou que apesar de ter demanda para a realização de dois cursos para auditor, os representantes da Universidade Federal de Pelotas decidiram aguardar as definições acerca das propostas de alteração da IN MAPA n.º 33/2007. Registrou também a excelente receptividade do setor armazenador acerca da certificação, e, sobretudo, com relação à importância de treinar os auditores. Os membros do Comitê voltaram a registrar a necessidade de se promover uma divulgação mais agressiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras. O representante do MAPA, Dr. Biramar, sugeriu a publicação de artigo na Revista de Política Agrícola acerca da operacionalização da certificação. O Prof. Tetuo sugeriu a divulgação do assunto por meio de cartilha, desenvolvida de forma bem didática, visando uma fácil compreensão do assunto. Contribuindo para a definição dessa cartilha, Maria Auxiliadora sugeriu que fosse utilizado o modelo “perguntas e respostas mais frequentes”. Na oportunidade, Maria Auxiliadora, esclareceu que já foram adotadas as providências no

MAPA/SDC/DIEL visando à inclusão de um link na página do Ministério, com todas as informações acerca da Certificação. O representante dos armazéns privados, Sr. José Ronaldo, comunicou que no intuito de dirimir as dúvidas sobre o sistema será realizado nos dias 17, a ser ministrado pela Universidade Federal de Pelotas, sobre os critérios técnicos definidos na IN nº 33/2007. O representante da OCB, Sr. Paulo Carneiro, externou sua preocupação quanto aos valores que estão sendo divulgados como custo para se obter a certificação. O outro representante da OCB, Sr. Robson Mafioletti, registrou que um OCP, alegando já estar acreditado pelo Inmetro, procurou representantes de Cooperativas do Paraná com valores exorbitantes. A representante do Inmetro afirmou que na página da internet, local onde são divulgados os OCPs acreditados, não existe, ainda, nenhuma entidade apta para a realização dessa certificação. Além da questão do custo, Denise registrou que algumas entidades estão divulgando como obrigatória à realização de pré-auditoria. A Dra. Fátima entende que os valores apresentados indicam um “valor de oportunismo”, e que o custo para manter essas entidades não são elevados. Esclareceu novamente que não existe no Brasil nenhuma certificação que exige a pré-auditoria, esta etapa é opcional. Diante da gravidade do assunto, e mesmo acreditando que esses valores apresentados são meramente especulativos, o Coordenador do Comitê propôs a realização de uma reunião com todos os OCPs, para tratar de assuntos relacionados ao Sistema de Certificação de Unidades Armazenadoras. Esse assunto foi aprovado por unanimidade por todos os participantes da reunião. O representante da ABCAO, Sr. Carlos, informou da dificuldade das empresas oficiais em adaptarem suas estruturas armazenadoras às exigências da certificação, em face das restrições orçamentárias vivenciadas pela esfera pública. A Dra Fátima sugeriu verificar a possibilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia liberar recursos para a modernização do setor armazenador. Em seguida deu início às discussões acerca das alterações propostas nos requisitos técnicos da IN n.º 33/2007. Foi colocado pela Denise que a idéia aprovada na reunião passada de se criar um manual para melhor esclarecer os itens constantes dos requisitos deveria ser novamente avaliado, visto que em sua opinião dois documentos (os requisitos e o manual) poderiam gerar dúvidas no setor armazenador. Sugeriu que em face do reduzido número de esclarecimento necessário, os mesmos fossem incluídos diretamente no próprio anexo I da IN n.º 33/2007. Sugestão acatada por todos. Também, após a leitura de todo o anexo I, o documento foi aprovado por unanimidade, devendo o mesmo ser encaminhado para os participantes para análise final, no prazo de 10 dias. Dando prosseguimento aos assuntos constantes da convocação da reunião, o Senhor Coordenador leu as propostas recebidas pelo Ministério da Agricultura solicitando a prorrogação do início da vigência

do sistema. As propostas apresentadas foram às seguintes: 31/12/2009, 01/01/2012 e 30/12/2010, respectivamente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, do Sindicato dos Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - SAGESP e Sindicato dos Armazéns Gerais do Sudoeste Goiano - SAGG. Após intensa discussão, e levando em consideração, sobretudo, que até o presente momento nenhum OCP está acreditado, deliberou-se, por maioria, a prorrogação do início da vigência do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadora para 31/12/2009. O Coordenador do Comitê alertou a todos os presentes que o assunto será submetido à deliberação superior, do Senhor Ministro da Agricultura. Diante da inexistência de OCPs acreditados, o Coordenador destacou, mais uma vez, a importância na agilização, por parte do Inmetro, na acreditação dos Organismos de Certificação de Produtos - OCPs. A Sra. Fátima esclareceu que a dificuldade não era do Inmetro, mas, sim das entidades certificadoras que não cumprem as não conformidades identificadas. Em seguida o Coordenador informou que conforme decidido na última reunião foi encaminhada correspondência a UNITEC concedendo prazo para os inícios dos treinamentos. Considerando que não foi realizado nenhum treinamento no período estabelecido, foi cancelada a habilitação dessa entidade para ministrar curso para formação de auditor técnico. O último assunto colocado em discussão foram os pré-requisitos definidos na 2ª reunião para os auditores, visto que alguns membros entendem que esses requisitos são rigorosos. Considerando que não houve consenso na proposta apresentada de que fosse exigido apenas um dos requisitos: (i) ter cursado a cadeira de armazenamento na graduação, com carga horária de no mínimo de 45 horas, (ii) OU 80 horas em curso extracurricular sobre armazenamento e atividades correlatas, (iii) OU ter experiência de no mínimo de 2 anos diretamente no processo de armazenamento ou como Responsável Técnico de Unidade Armazenadora, o Coordenador do Comitê decidiu que esse assunto será discutido na próxima reunião. Registra-se a presença dos convidados: Prof. Moacir Elias, da Universidade Federal de Pelotas; dos Engenheiros Takao Ishizaki e Maria Salete da Ceagesp; Maria Auxiliadora e Zenaide Silveira do MAPA. Não havendo mais assunto a ser tratado na reunião, o Coordenador do Comitê agradeceu a participação de todos, com o indicativo de que a próxima reunião será agendada em função dos desdobramentos do encontro com o Ministro.